



PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ERA DO CAPITALISMO DIGITAL

Jani Alves da Silva Moreira¹, Leonardo Dorneles Gonçalves², Maria Eunice França Volsi³, Paula Gonçalves Felício⁴ (Organizadores)

¹Universidade Estadual de Maringá (UEM), ²Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ³Universidade Estadual de Maringá (UEM), ⁴Universidade Estadual de Maringá e Universidade de Barcelona (UEM e UB)

As transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, particularmente em sua fase financeiro-digital, têm reconfigurado de modo profundo as relações sociais, o mundo do trabalho e as formas de atuação e organização do Estado. A incorporação acelerada das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDCs), da Inteligência Artificial (IA) e dos sistemas algorítmicos, articulada à lógica da Indústria 4.0 e aos processos de reestruturação produtiva, intensificados após a crise econômica de 2008, está a produzir novas mediações entre capital, trabalho e políticas públicas.

No campo educacional, as transformações decorrentes desse processo se materializam na ampliação dos mecanismos de privatização, financeirização e controle, especialmente por meio da plataforma da educação básica, que passa a operar como uma das expressões centrais da racionalidade neoliberal e do capitalismo digital, pois:

[...] a imposição da narrativa digital na educação expressa a face das opções políticas assumidas que buscam consolidar o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho como um país periférico, dependente e superexplorado, passando, agora, à fase da extração de matérias-primas para produção externa de tecnologias digitais (Gonçalves; Moreira, 2025, p. 22).

Tal processo se insere em uma racionalidade específica, mantendo as diferenciações de Estado e governo. No governo, enquanto conjunto de autoridades que exercem a direção política do ordenamento do Estado, o neoliberalismo não é apenas uma política econômica deste, mas se estabelece como uma racionalidade que estrutura e organiza a ação dos governantes e a conduta dos governados (Laval; Dardot, 2016). Nessa direção, a compreensão do papel do Estado enquanto comitê executivo dos interesses do capital, representando o ordenamento jurídico-político que exerce poder soberano sobre determinado território (Bobbio, 2000), exige o reconhecimento de sua dupla funcionalidade, atualmente punitiva e empreendedora.

Para Puello-Socarrás (2021), o Estado atual está longe de significar retração ou ausência estatal, pois a atual fase do neoliberalismo, denominada “novo neoliberalismo” ou “ultraneoliberalismo”, promove uma reconfiguração ativa do Estado, que passa a operar, de um lado, por meio do fortalecimento de dispositivos punitivos, disciplinadores e de controle social, especialmente sobre a classe trabalhadora. Por outro lado, o Estado atua como agente empreendedor, de governança corporativa, responsável por criar

condições institucionais, normativas e ideológicas favoráveis à mercantilização, à financeirização e à subordinação do trabalho às exigências do capital. Trata-se, portanto, de um Estado que combina coerção e incentivo, repressão e indução, ao atuar de forma decisiva na reorganização do mundo do trabalho e das políticas públicas, inclusive, no campo educacional, onde tais dinâmicas se expressam na intensificação dos mecanismos de controle e na responsabilização e plataformização, o que está em consonância com as demandas do capitalismo contemporâneo, que aqui chamamos de capitalismo digital.

No âmago dessa racionalidade, a expansão das tecnologias digitais e das plataformas passa a operar como mecanismo central de reorganização das relações sociais e institucionais, articulando-se às dinâmicas do capitalismo digital. Conforme adverte Zuboff (2021, p. 18), “o capitalismo de vigilância reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e venda”. Assim, é possível compreender a plataformização da educação como parte de um movimento mais amplo de mercantilização, controle e captura do direito à educação por lógicas empresariais e financeiras, materializando-se, como analisaram Gonçalves e Moreira (2026), no que contemplamos, no Brasil, como a Política Educacional Digital (PED).

No contexto nacional, a Política Nacional de Educação Digital (PNED), aprovada por meio da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, insere-se nesse cenário, ao buscar adequar a educação escolar a essa nova ordem global, atribuindo ao Estado brasileiro, em regime de colaboração, a responsabilidade pela promoção de ações e políticas públicas orientadas à incorporação intensiva das tecnologias digitais. Contudo, ao fazê-lo, a PNED tende a reforçar processos de padronização, dataficação e dependência de infraestruturas privadas, deslocando o debate educacional de uma perspectiva de direito social para uma racionalidade instrumental alinhada aos interesses do mercado e à expansão das plataformas digitais no interior das políticas educacionais.

Os grupos privados ligados ao mundo corporativo e empresarial atuam na educação sob a lógica já analisada por Saura (2020), intitulada filantropocapitalismo. Trata-se de empresas ou agremiações empresariais muito próximas da acepção de Aparelhos Privados de Ação Política (Casimiro, 2018), que, na visão de Gonçalves e Moreira (2025, p. 22), possuem modos de atuar, pois:

[...] operam como meio entre as orientações prescritas pelos Organismos Internacionais e a transformação de tais diretrizes em políticas públicas educacionais no país, o que viabiliza não só o enraizamento do consenso em torno das pautas do capital, mas ganhos de médio e longo prazo, tendo em vista que as decisões tomadas têm consequências formativas, econômicas e políticas que, em geral, fortalecem as relações sociais capitalistas.

Asseveram os autores que uma Política Educacional Digital (PED), no Brasil:

[...] é fruto da articulação programática entre empresas de tecnologia, Organismos Internacionais e instrumentos de governança, com intuito de promover a dependência tecnologia na área da educação e, com isso, abrir novos nichos de mercado que visam consolidar o Capitalismo Digital (Gonçalves; Moreira, 2025, p. 25).

Com o intuito de apreender historicamente como as atuais políticas educacionais, dentre elas, a PED, estão sendo formuladas e implementadas no contexto das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI), do qual os organizadores deste Dossiê são líderes e membros atuantes, desenvolve atualmente um macroprojeto de pesquisa¹ voltado à análise crítica das mediações entre Estado, mercado e educação, com ênfase na influência dos Organismos Internacionais no financiamento da educação, na gestão educacional e nas políticas de valorização e formação de professores, especialmente no contexto da plataformização da educação e da Política Educacional Digital (PED).

Ao longo de sua trajetória, o GEPEFI tem se consolidado como espaço coletivo de produção de conhecimento no campo acadêmico das políticas educacionais, ao articular pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais, incluindo Colômbia, Espanha e Portugal, e estudantes de graduação e pós-graduação em investigações que problematizam os processos de privatização, financeirização e empresariamento da educação pública na era do capitalismo digital. É nesse horizonte teórico-analítico de compromisso com a ciência e o campo das pesquisas em Educação que se implanta a organização do presente Dossiê do Periódico Científico *Colloquium Humanarum*, do Programa de Pós-Graduação em Educação, editado pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), o qual expressa a oportunidade de congregarmos mais estudos e conhecimentos sobre as diversas camadas e complexidades que compõem o fenômeno da plataformização na educação básica na era do capitalismo digital, enquanto composição central da Política Educacional Digital (PED).

A interlocução com redes mais amplas de pesquisa no Brasil e no mundo nos leva a reconhecer que a organização deste Dossiê do Periódico Científico *Colloquium Humanarum* assume uma relevância singular no atual cenário das políticas educacionais, na medida em que se insere em um campo de disputas teóricas e políticas marcado pelo avanço do capitalismo digital e pela intensificação dos processos de privatização e plataformização da educação pública. Ao congregarmos pesquisas oriundas de diferentes instituições, regiões e grupos de investigação, o Dossiê se consolida como espaço qualificado de produção e circulação de conhecimento crítico, capaz de tensionar leituras tecnicistas e instrumentalizadas das tecnologias educacionais, ampliar as análises acerca das consequências devastadoras da Política Educacional Digital, como também ponderar os aspectos positivos dos avanços nesta era atual.

Ademais, ao articular análises sobre trabalho docente, processos formativos, currículo, gestão educacional, financiamento e avaliação, os textos aqui reunidos contribuem para o aprofundamento do debate acadêmico e para o fortalecimento de agendas de pesquisa comprometidas com a defesa da educação democrática. Logo, reafirma-se o papel das revistas científicas como instâncias estratégicas de mediação entre a produção do conhecimento, a crítica social e a formulação de políticas educacionais.

¹ Referimo-nos ao macroprojeto referente ao Processo nº 405633/2023-8, da Chamada CNPq/MCTI N 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes, intitulado "Políticas Educacionais para a Educação Básica no Brasil e Colômbia: o fenômeno da plataformização no contexto da indústria 4.0". Esse macroprojeto também contempla o financiamento da Chamada Pública MCTI/CNPQ N 16/2024- Faixa 1, referente ao projeto em cooperação internacional.

Imbuídos no movimento de ampliação do debate acadêmico e da produção de conhecimento, os organizadores deste Dossiê tiveram suas expectativas amplamente superadas pelo expressivo número de propostas submetidas, oriundas de diferentes instituições, regiões e grupos de pesquisa. O elevado quantitativo de artigos submetidos evidencia a atualidade, a problemática e a relevância do tema, como também o reconhecimento das consequências e dos desdobramentos da plataformização na educação básica, incluindo as respectivas implicações no trabalho docente, nos processos formativos, no currículo, na gestão educacional e no direito à educação.

Após um criterioso processo de avaliação, esta edição congrega 17 artigos e 1 entrevista, os quais expressam a compreensão e a análise das transformações ocorridas de forma acelerada no mundo do trabalho, no contexto da produção na Indústria 4.0. Essas mudanças, marcadas por acirrados mecanismos de uberização decorrentes dos processos de reorganização do capitalismo digital, têm provocado o aprofundamento da reforma empresarial da educação básica mediante um projeto global em contínua ascensão e produção de uma Política Educacional Digital no mundo.

Em meio a essa metamorfose do mundo do trabalho no capitalismo na era digital, ao reunir esses artigos, o Dossiê analisa criticamente os avanços do capitalismo contemporâneo em sua fase financeiro-digital, a partir das mediações entre as transformações tecnológicas, o uso da Inteligência Artificial na educação, as crescentes relações público-privadas e a acelerada atuação de EdTechs, grupos empresariais, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público na educação. Os textos abordam especificidades envoltas no fenômeno da plataformização educacional em diferentes frentes da educação básica, contemplando etapas e modalidades de ensino, currículo, formações inicial e continuada de professores, valorização e carreira docente, processos de ensino e aprendizagem, financiamento da educação e avaliação educacional.

O Dossiê se inicia com a entrevista intitulada “Educação na era do Capitalismo Digital”, realizada com o professor Dr. Geo Saura, Serra Húnter Fellow de Política Educacional no Departamento de Teoria e História de l’Educació da Universitat de Barcelona. O entrevistado possui ampla trajetória acadêmica internacional, com atuação no Brasil e em países da América Latina. Saura coordena o GT “Capitalismo Digital, Políticas Educativas e Pedagogias Críticas”, do CLACSO, e desenvolve pesquisas voltadas às relações entre capitalismo digital, privatização da educação, sociologia da educação e Estado.

Na sequência, os artigos que compõem o Dossiê aprofundam diferentes dimensões da plataformização da educação. Os manuscritos analisam desde a precarização do trabalho docente, intensificada no contexto pandêmico, os impactos das plataformas digitais na práxis pedagógica, a governança algorítmica e o tecnosolucionismo, até as disputas em torno da formação docente, da identidade profissional, da saúde mental dos professores e da mercantilização da educação pública. Também são examinados os processos de financeirização, monitoramento, performatividade, hiperburocracia, biopolítica, dataficação e controle algorítmico, e feitos estudos empíricos sobre redes estaduais e municipais de ensino, com destaque para diferentes contextos regionais brasileiros.

O primeiro artigo é intitulado “A plataformização silenciosa: concepções de tecnologia e a precarização do trabalho docente durante a pandemia de Covid-19”, o qual analisa como a plataformização da educação, acelerada pela pandemia de covid-19, aprofunda a precarização do trabalho docente. O segundo artigo, “Práxis docente e Plataformas Digitais: um estudo das metodologias de ensino antes e durante a pandemia do Covid-19”, busca compreender os efeitos da plataformização na educação e suas implicações na práxis docente a partir de uma revisão bibliográfica (2019-2024). Para tal, realiza uma análise de conteúdo de 37 textos acadêmicos, organizados em quatro categorias: (1) Discursos e Mercantilização da Educação; (2) Tecnologias, Dados e Estratégias; (3) Práxis Docente; e (4) Avaliações Críticas de Big Data, Inteligência Artificial e Plataformas na Educação.

O terceiro artigo, “Governança algorítmica e educação: desafios para as políticas públicas na era da plataformização”, busca compreender como a plataformização da educação tem colocado a governança algorítmica no centro das gestões pedagógica, administrativa e avaliativa das escolas, o que tem contribuído para o controle das narrativas que envolvem as questões éticas, políticas e sociais por meio de uma lógica empresarial e neoconservadora que reconfigura a forma estrutural de ensinar, aprender e gerir a educação e privilegia a personalização do ensino a partir do capitalismo financeiro-informacional-digital. O quarto artigo, denominado “O mito da solução tecnológica: limites do tecnosolucionismo e alternativas críticas na educação”, desenvolve uma análise crítica sobre o tecnosolucionismo na educação básica, compreendido como a crença de que os problemas históricos da escola pública poderiam ser resolvidos por intermédio da adoção de tecnologias digitais.

O quinto artigo, “Da inovação à captura: a plataformização da educação, o avanço das EdTechs e os novos grilhões ao trabalho docente”, analisa criticamente a inserção das plataformas digitais na educação pública brasileira, situando esse processo no âmbito das transformações do capitalismo contemporâneo e do avanço das EdTechs sobre as políticas educacionais e seus impactos no trabalho docente. O sexto artigo, “Pedagogia crítica em tempos digitais: disputas na formação docente frente ao avanço da plataformização no Brasil”, busca compreender os impactos da plataformização educacional e da financeirização da formação docente no Brasil, articulando tais processos às transformações do capitalismo digital pós-2008. Desse modo, a partir do campo da educação agrária, investiga como a lógica empresarial e os modelos de governança corporativa têm redefinido os papéis das instituições públicas, dos docentes e dos currículos, especialmente por meio da atuação de fundações empresariais, EdTechs e organizações privadas no interior das políticas públicas.

O sétimo artigo, “Os impactos da plataformização da aprendizagem na identidade profissional docente”, busca compreender os efeitos da plataformização na identidade e na autonomia profissional docente, problematizando como as lógicas algorítmica e mercadológica das plataformas digitais desafiam seus fundamentos. O oitavo artigo, “As plataformas digitais na formação continuada de professores do Ensino Médio: inovação ou mercantilização?”, investiga o impacto da plataformização da educação na

formação continuada de professores do Ensino Médio, investigando suas implicações à autonomia docente e as contradições geradas pela mercantilização e pela privatização do ensino.

O nono artigo, intitulado “Novas formas de trabalhar, novos modos de adoecer: plataformização, intensificação do trabalho docente e adoecimento psíquico”, busca compreender a intensificação e a precarização do trabalho docente na educação pública brasileira, com ênfase nos impactos da plataformização sobre a saúde mental dos professores. O décimo artigo, “*Homeschooling*: discursos públicos sobre educação”, busca analisar os discursos sobre *homeschooling* veiculados na mídia digital TikTok e o modo como os atores políticos os difundem. Além disso, investiga o discurso digital sobre *homeschooling* na referida plataforma e identifica os possíveis impactos nas políticas públicas educacionais.

O décimo primeiro artigo, “A plataformização e a financeirização da educação nas redes públicas estaduais brasileiras em 2024”, objetiva contribuir para o debate a partir de um mapeamento e análise da presença de plataformas educacionais privadas e financeirizadas nas redes estaduais brasileiras no ano de 2024. O décimo segundo artigo, “Monitoramento, performatividade e hiperburocracia: uma análise crítica do sistema integrado de gestão escolar na administração educacional cearense”, busca refletir criticamente sobre o processo de atuação (*policy enactment*) do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) no cotidiano das escolas da Rede Estadual de Ensino do Ceará. Logo, explora como esse sistema é interpretado e transformado pelos gestores, e problematiza a respectiva articulação com as demandas por performance e monitoramento.

O décimo terceiro artigo, “A plataformização do trabalho docente na rede estadual paulista: da subsunção à precarização”, apresenta reflexões decorrentes de uma pesquisa de mestrado em Educação desenvolvida em diálogo com docentes e gestores da rede estadual paulista de ensino que atuam na região bragantina de São Paulo. O décimo quarto artigo, “A plataformização na educação do estado de São Paulo: (novos) dispositivos biopolíticos”, problematiza o discurso da plataformização digital contemporânea na gestão da educação pública do estado de São Paulo enquanto dispositivo de biopolítica.

O décimo quinto artigo, intitulado “Plataformização da educação e o esvaziamento da função social da escola: apontamentos sobre o Paraná (2019-2024)”, analisa a plataformização da educação como expressão da racionalidade neoliberal e do capitalismo digital, atuando como dispositivo de governança que reconfigura a escola pública. Portanto, objetiva examinar o avanço da plataformização na educação básica pública do Paraná no período de 2019 a 2024. O décimo sexto artigo, “Educação sob controle algorítmico: plataformização, dataficação e processos escolares”, analisa a expansão das parcerias público-privadas (PPPs) na educação municipal do Rio Grande do Sul, com ênfase nas ações da Google for Education, problematizando os processos de plataformização e dataficação dos sistemas escolares. O último artigo, “A escola mercantilizada: plataformização e a pedagogia do capital” analisa criticamente as relações entre financeirização, plataformização e precarização do trabalho, a considerar a educação como campo estratégico em que se expressam as contradições do capitalismo contemporâneo.

Ao coligar essas contribuições teóricas e empíricas sobre a plataformização da educação básica, o Dossiê fortalece o debate crítico sobre o tema e explicita que a incorporação das tecnologias digitais e dos dispositivos algorítmicos é uma expressão de disputas políticas, econômicas e ideológicas próprias do capitalismo contemporâneo na era digital. Os artigos evidenciam que a expansão das plataformas educacionais, das parcerias público-privadas e das lógicas empresariais presentes nas políticas educacionais indissociáveis das gestões educacional e escolar incide diretamente sobre o trabalho docente, o currículo, os processos de ensino e aprendizagem e a própria função social da escola pública, aprofundando mecanismos de controle, intensificação do trabalho e mercantilização da educação.

Conforme apontam Gonçalves e Moreira (2026), estudos recentes indicam que o Brasil figura entre os países nos quais a digitalização da educação tem se consolidado de forma mais acelerada, como já demonstrado por Saura (2025). Esse processo não ocorre de maneira espontânea, mas se estrutura a partir de demandas colocadas por grandes empresas de tecnologias aos Organismos Internacionais, materializadas em acordos institucionais engendrados em instâncias de governança nas quais os agentes vinculados aos setores público e privado se articulam em redes políticas e passam a definir diretrizes estratégicas que orientam a implementação da digitalização na educação, que, no limite, atende à expansão do mercado tecnodigital. Ademais, essas políticas se inserem em um campo marcado pela difusão ideológica e pelo fetichismo tecnológico, ao apresentarem a digitalização como resposta generalizada aos problemas educacionais. Importa ressaltar que a produção e o uso das tecnologias digitais obedecem à mesma lógica mercantil que rege outras formas de produção capitalista; no caso brasileiro, a disseminação universal atende prioritariamente à extração e à circulação de dados, que demarcam e reatualizam dinâmicas de dependência e colonialidade (Silveira, 2021; Gonçalves; Moreira, 2026).

Soma-se a isso o deslocamento de processos cognitivos do trabalho humano para sistemas algorítmicos e de Inteligência Artificial, o que intensifica os mecanismos de reificação e fetichização próprios do capitalismo contemporâneo, assim como argumenta Alves (2023). Portanto, a Política Educacional Digital no Brasil e em outras partes do mundo decorre das determinações do capitalismo digital em sua configuração nacional, sustentada por uma organização corporativa que inscreve a digitalização da educação básica como prioridade, ainda que, de modo contraditório, não enfrente e mesmo obscureça os problemas estruturais históricos da educação brasileira, à medida que o capital aprofunda sua incidência sobre a política educacional.

As contribuições aqui apresentadas reafirmam a necessidade de fortalecer perspectivas críticas que permitam compreender a educação como prática social historicamente determinada e atravessada por relações de poder. Ao problematizarmos os efeitos da plataformização e da financeirização educacional, reafirmamos a importância dos debates acadêmico e político, da produção do conhecimento em defesa de uma educação pública comprometida com a formação humana e a autonomia pedagógica, do protagonismo do professor e da permanência da democracia, promovendo políticas e ações que enfrentem

as contradições do capitalismo digital e contribuam para o fortalecimento de práticas contra-hegemônicas na educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalhador digital, cooperação complexa e trabalhador coletivo do capital: notas críticas. *In: ANTUNES, Ricardo. Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 173-192.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASIMIRO, Flavio. **A Nova Direita**: aparelhos de ações política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Estado, governança e capitalismo digital no Brasil** [Artigo proveniente do Relatório Final de Pesquisa do Pós-Doutorado]. [S. l.: s. n.], 2025.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Política Educacional Digital no Brasil. **Revista Educação e Realidade**, UFRGS, [2026]. No prelo.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novo neoliberalismo: arquitetônica estatal no capitalismo do século XXI. **Revista Eletrônica de Administração (REAd)**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 35-65, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.309.111147>

SAURA, Geo. El fetichismo de las mercancías digitales en educación. **Caderno Cedes**, Campinas, Unicamp, n. 45, p. 1-11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc289813>

SAURA, Geo. Filantropocapitalismo digital en educación: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook y Microsoft. Teknokultura. **Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, Madrid, v. 17, n. 2, p. 159-168, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5209/tekn.69547>

SILVEIRA, Sergio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. SILVEIRA, Sergio Amadeu; SOUZA, Joyce; CASSINO, José Francisco (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33-54.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.